



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5000659-51.2015.4.04.7112/RS

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

APELANTE: LOTOMANIA REAL LTDA (AUTOR)

ADVOGADO: EDILSON RIBOLI

ADVOGADO: DANIEL DAS NEVES GOMES

ADVOGADO: JULIANA LEONORA MARTINELLI GIONGO

APELADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (INTERESSADO)

EMENTA

PROCESSO CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA. PROVA DA NECESSIDADE. ADMINISTRATIVO. UNIDADE LOTÉRICA. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. VIOLAÇÃO À CIRCULAR CAIXA Nº 621/2013. PRÁTICA DE JOGOS DE AZAR. REVOGAÇÃO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE E DE LEGITIMIDADE DO ATO. ÔNUS DA PROVA. LEGALIDADE DA REVOGAÇÃO.

1. No que se refere à concessão da gratuidade de justiça à pessoa jurídica, não basta a mera declaração de necessidade, sendo indispensável a comprovação da ausência de condições financeiras de arcar com os encargos processuais, o que restou demonstrado pela apelante.

2. Sendo a revogação da permissão ato administrativo, é de se reconhecer a presunção de sua veracidade/legitimidade, cabendo à parte que o combate o ônus da produção probatória a superar aquela presunção.

3. A prova testemunhal produzida pela parte autora revelou-se, contudo, insuficiente frente aos demais elementos de prova produzidos pela CEF para o acolhimento de seu pedido, reputando-se, por consequência, indene de vícios a decisão administrativa que, ao reconhecer a prática de jogos de azar no interior do estabelecimento, procedeu à revogação da permissão concedida à demandante tal como previsto na Circular CAIXA 621/2013.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação da parte autora, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2019.

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40000816149v6** e do código CRC **65248dcd**.

Informações adicionais da assinatura:
Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Data e Hora: 26/2/2019, às 13:15:28

5000659-51.2015.4.04.7112

40000816149.V6



Poder Judiciário
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 5000659-51.2015.4.04.7112/RS

RELATORA: DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA

APELANTE: LOTOMANIA REAL LTDA (AUTOR)

ADVOGADO: EDILSON RIBOLI

ADVOGADO: DANIEL DAS NEVES GOMES

ADVOGADO: JULIANA LEONORA MARTINELLI GIONGO

APELADO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF (RÉU)

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (INTERESSADO)

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por LOTOMANIA REAL LTDA. em face da sentença que julgou improcedentes os pedidos apresentados em desfavor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, pelos quais buscava o autor a declaração de ilegalidade da decisão da ré que revogou a permissão ante a constatação da prática de jogo do bicho em suas dependências, bem como a condenação da requerida ao pagamento de danos materiais e morais pelos reflexos causados pela interrupção dos serviços.

O apelante defende a reforma da sentença, com o reconhecimento da procedência de seus pedidos, ao argumento de que a ré não fez prova da alegada prática de jogos de azar no interior do estabelecimento lotérico, sustentando que a única prova produzida nos autos refere-se às declarações das testemunhas que afirmaram a idoneidade e a inexistência da prática de ilícitos pelo estabelecimento e seu proprietário. Pontua que no caso em concreto há de ser priorizado o princípio da presunção de inocência, do que resulta à CEF o ônus da prova da irregularidade. Também, requer o reconhecimento da nulidade da decisão administrativa uma vez que desprovida de fundamentação válida nos termos da Lei 9.784/99.

Oportunizadas as contrarrazões, foram os autos remetidos a este Tribunal.

Em vista do pedido de concessão do benefício da gratuidade de justiça feito pelo apelante, foi o mesmo intimado para comprovar sua necessidade.

É o relatório.

VOTO

Da Concessão do Benefício da Gratuidade de Justiça

Quanto ao pedido de assistência judiciária gratuita, o E. Superior Tribunal de Justiça, na linha de precedentes do STF, pacificou entendimento no sentido de que as pessoas jurídicas têm direito ao benefício apenas se demonstrada a impossibilidade de arcar com as despesas do processo sem prejuízo da própria manutenção. Segue o precedente da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (embargos de divergência 1185828), no qual houve a uniformização da orientação daquela Corte:

"EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. SINDICATO. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE PROVA DA MISERABILIDADE. INSUFICIÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE POBREZA

- Na linha da jurisprudência da Corte Especial, as pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, para obter os benefícios da justiça gratuita, devem comprovar o estado de miserabilidade, não bastando simples declaração de pobreza. Embargos de divergência providos".

(EResp 1185828/RS. Relator Ministro CESAR ASFOR ROCHA. Corte Especial do STJ. Data do Julgamento: 09/06/2011).

A orientação restou cristalizada na Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça:

"Súmula 481 - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

No mesmo sentido são os julgados deste Tribunal Regional Federal:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AJG. HOSPITAL. PESSOA JURÍDICA. PROVA DA IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM OS ENCARGOS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO EXPRESSO.

1. São cabíveis embargos de declaração quando houver no acórdão obscuridade, contradição ou for omissão em relação a algum ponto sobre o qual o Tribunal devia ter se pronunciado e não o fez (CPC, art. 535), ou ainda, por construção jurisprudencial, para fins de prequestionamento, como indicam as súmulas 282 e 356 do e. STF e a 98 do e. STJ. 2. É possível a concessão do benefício da AJG às pessoas jurídicas, conforme jurisprudência remansada no STJ, contudo, é preciso que comprovem, de modo satisfatório, a impossibilidade de arcarem com os encargos processuais, sem comprometer a existência da entidade, o que não ocorre no caso presente. (TRF4 5017338-07.2011.404.7100, Quarta Turma, Relator p/ Acórdão Luís Alberto D'azevedo Aurvalle, juntado aos autos em 02/12/2014).

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIAGRATUITA. PESSOA JURÍDICA. PROVA CABAL DA NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. A concessão da Assistência Judiciária gratuita à pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, somente será possível mediante a demonstração cabal da impossibilidade de arcar com as custas processuais sem prejuízo a sua manutenção, não sendo suficiente a mera alegação da condição

de hipossuficiência.

(AI 0013864-10.2010.404.0000, 3ª Turma, Des. Federal FERNANDO QUADROS DA SILVA, D.E. 19/11/2010).

AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE CUSTAS. IMPOSSIBILIDADE. Quanto à assistência judiciária gratuita, o STJ tem entendido pela ampliação do benefício às pessoas jurídicas, desde que limitadas àquelas que se dedicam a atividades beneficentes ou filantrópicas, o que não é o caso da empresa pública agravante.

(AGRAVO LEGAL EM AI 5011600-95.2011.404.0000, 3ª Turma, Des. Federal MARIA LÚCIA LUZ LEIRIA, por unanimidade, juntado aos autos em 28/10/11).

No caso dos autos, examinando os documentos trazidos ao processo (E6), verifica-se que a apelante, tal como narra em sua manifestação, encontra-se em situação de débito, o que decorre diretamente do fato de que o sinal eletrônico relativo à permissão para serviços lotéricos foi bloqueado, razão pela qual se pode deduzir a incapacidade financeira requerida na questão em apreço.

Portanto, nestas condições, tenho que deve ser deferido o benefício da gratuidade da justiça à parte.

Assim, dou provimento ao apelo no ponto.

Do não conhecimento do apelo quanto à ilegalidade da decisão que rejeitou a defesa e o recurso apresentados administrativamente

Em seu recurso de apelação, a parte autora, além de reiterar os motivos pelos quais, consoante o exposto à inicial, entende ter sido equivocada a sentença proferida, incorreu em inovação recursal ao acrescentar às razões recursais causa de pedir não apresentada na peça exordial.

Com efeito, ao se referir à nulidade da revogação por vício no processo administrativo na medida em que as decisões que rejeitaram sua defesa prévia e seu recurso administrativo atentaram ao princípio da motivação previsto nos artigos 2º e 50 da Lei 9.784/99, a parte apelante inova a sua pretensão inicial, prática processual vedada sobretudo porque prejudica o devido processo legal na medida em que caracteriza supressão de instância - dado que o juízo de origem não teve a oportunidade de decidir sobre o pleito - e também tolhe da parte adversa o direito de produzir prova em face da matéria arguida.

Nesse sentido é o entendimento já preconizado recentemente por esta Turma consoante o seguinte julgado:

DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. ARTIGO 167 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB). ABORDAGEM DO CONDUTOR. COR DO VEÍCULO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS.

1. Dada que há inovação da causa de pedir após a contestação da União, sem ter havido manifestação dessa, não deve ser conhecido o recurso, por implicar supressão de instância, quanto a alguns pontos.

2. A abordagem quanto à infração praticada pelo autor, ainda que possa ser considerada recomendável, não é necessária, não havendo imposição legal nesse sentido.

3. A anotação incorreta da cor do veículo no auto de infração, considerando a extração de dados do sistema do DETRAN/RS, ainda mais se considerados os demais dados corretos quanto ao veículo como suas placas p.e., não o invalida.

4. A verba honorária sucumbencial fixada inicialmente está adequada.

5. Recurso conhecido em parte e que se nega provimento quanto aos pontos conhecidos.

(TRF4, AC 5000601-89.2018.4.04.7129, TERCEIRA TURMA, Relatora MARGA INGE BARTH TESSLER, juntado aos autos em 14/11/2018) grifou-se

Pelo exposto, vota-se pelo não conhecimento do recurso quanto ao pedido de reforma da sentença com fundamento na aludida nulidade do processo administrativo.

Do Mérito

No caso dos autos, a parte autora teve sua permissão para explorar serviços lotéricos revogada em decorrência da fiscalização realizada pela ré que identificou a "*comercialização de 'Jogo do Bicho' nas dependências da lotérica*", indicando que a "*pessoa responsável pela atividade fica instalada ao lado direito de quem entra no estabelecimento*".

A decisão foi prolatada após ter sido realizada auditoria em 22/12/2014 (E22 - COMP12), sobre cujo conteúdo foi o representante legal da autora devidamente notificado (E1 - PROCADM5 - p.11), garantindo-se, com isso, seu direito de defesa.

Em seu recurso de apelação, como visto, a parte autora reitera que a decisão de revogação de sua permissão é ilegal porque carece de substrato probatório na medida em que o registro fotográfico realizado pelo auditor da ré é insuficiente a caracterizar a prática de contravenção penal no interior de seu estabelecimento.

A sentença prolatada adotou o seguinte raciocínio para alcançar a conclusão quanto à inexistência dos direitos pleiteados pelo autor:

2. Fundamentação

Trata-se de ação pelo rito comum em que se postula o restabelecimento da permissão para atuar como unidade lotérica, a qual foi revogada pela prática de conduta vedada em contrato de permissão de loterias, consubstanciada na venda de jogo proibido - "Jogo do Bicho" - no estabelecimento da autora. Ainda, requer-se indenização.

A controvérsia posta nos autos, portanto, consiste na verificação de comércio, ou não, de "Jogo do Bicho" no interior do estabelecimento da empresa autora.

O instituto da permissão de serviço público é ato unilateral e precário, por meio do qual o poder público transfere o desempenho de um serviço de sua atribuição a alguém, para que este o desempenhe por sua conta e risco. Dita precariedade significa que a Administração tem poderes para alterar ou encerrar a permissão concedida, podendo fazê-lo a qualquer tempo, desde que existam fundadas razões que assim aconselhem, sem que disso resulte o dever de indenizar o permissionário, tampouco qualquer ilegalidade ou arbitrariedade.

No caso das permissões lotéricas, encontram-se regulamentadas na Circular Caixa n. 621, de 19/04/2013 (Evento 1, COMP4), a qual, no que interessa ao julgamento do presente feito, assim estabelece:

24 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA PERMISSONÁRIA

24.5 COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS LOTÉRICOS

24.5.2 A PERMISSONÁRIA obriga-se a não vender, intermediar, distribuir e divulgar qualquer outra modalidade de sorteio ou loteria, ou quaisquer jogos de azar, ainda que legalmente permitidos, salvo com prévia autorização por escrito da CAIXA.

(...)

26 REVOGAÇÃO OU EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

26.2.2 Constituem motivos para revogação da permissão, dentre outros:

XIII Comercializar, intermediar, distribuir e divulgar quaisquer jogos de azar, considerados contravenção penal;

(...)

27 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS

27.1 O descumprimento total ou parcial do Contrato enseja na aplicação das seguintes sanções administrativas, garantido o direito de ampla defesa:

I Advertência;

II Multa;

III Suspensão;

IV Revogação;

De acordo com os documentos que instruem os autos, no dia 22/12/2014, a lotérica foi fiscalizada, diligência na qual foi constatada a comercialização de "Jogo do Bicho" e Comercialização de "Bolão" em desacordo com as normas estabelecidas pela CAIXA.

Dessa vistoria, foi lavrado Laudo de Fiscalização (Evento 27, PROCADM4, Página 3), do qual a empresa autora foi notificada (Evento 27, PROCADM4, Página 4). Posteriormente, foi notificada para apresentação de defesa prévia (Evento 27, PROCADM4, Página 6). Diante do não acolhimento da defesa prévia, interpôs recurso administrativo, o qual, igualmente, não foi provido (Evento 27, PROCADM4, Páginas 28 a 31).

Não há dúvida, portanto, que a Caixa oportunizou à parte autora o pleno exercício do direito de defesa, o qual foi devidamente utilizado por esta, apresentando defesa prévia e recurso administrativo. Contudo, suas razões não foram acolhidas pela empresa pública ré.

A demandante, todavia, afirma de forma veemente, na inicial, que não restou comprovado no processo administrativo a prática de "Jogo do Bicho".

Inicialmente, cumpre ressaltar que milita em desfavor da parte autora a presunção de legitimidade do laudo de fiscalização, pois, enquanto ato administrativo, presume-se verdadeiro o seu conteúdo, presunção essa relativa, cujo ônus da prova em sentido contrário compete ao particular.

Logo, a simples afirmação de que não havia prática de "Jogo do Bicho" no estabelecimento empresarial não é suficiente para infirmar o laudo de fiscalização lavrado pelo Auditor da Caixa, o qual só pode ser desconstituído por prova robusta e idônea.

Nesse sentido:

DIREITO ADMINISTRATIVO. CIRCULAR CAIXA Nº 621/2013. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. UNIDADE LOTÉRICA. IRREGULARIDADES. PRÁTICA DE JOGOS ILÍCITOS. COMÉRCIO AGREGADO NÃO AUTORIZADO. REVOGAÇÃO. PRECEDENTES. . As permissões lotéricas estão regulamentadas através da Circular Caixa nº 621/2013; A outorga da permissão se dá a título precário, mediante licitação, visando à prestação de serviços públicos feita pelo poder permitente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco; A permissionária que descumprir as especificações, padrões, procedimentos, orientações e rotinas operacionais em vigor, sejam elas referentes ao atendimento prestado, assim como aos produtos comercializados ou aos serviços disponibilizados aos clientes, incorre em irregularidade, passível de sanção administrativa. Nesse sentido, o item 27.1 prevê que o descumprimento total ou parcial do Contrato enseja na aplicação de sanções administrativas, dentre elas a (inciso IV) revogação, de acordo com as disposições do item 26.2, desta Circular. De acordo com o item 26.2.1, a revogação da permissão põe fim ao Contrato de Permissão e será declarada unilateralmente pela CEF. O item 26.2.2, por sua vez, estabelece como motivos para revogação da permissão, dentre outros, (inciso XIII) comercializar, intermediar, distribuir e divulgar quaisquer jogos de azar, considerados contravenção penal; bem como (inciso XV) conjugar a atividade lotérica com outra atividade comercial sem a expressa autorização da CEF; . Em se tratando de permissão, o ato administrativo é discricionário, precário e os requisitos para a prestação do serviço público, bem como seu regulamento, são

*unilateralmente estabelecidos pela administração pública, podendo ser revogada a qualquer tempo; . **Em favor do auto de infração lavrado contra o autor, milita a presunção de veracidade que só pode ser desconstituída por prova robusta e idônea; . Não cabe ao Poder judiciário reapreciar os critérios adotados pela Administração Pública, no exercício de seu poder de polícia, salvo quando eivados de vício de legalidade, o que, a priori, não ocorre no caso concreto.** (TRF4, AC 5032429-98.2015.404.7100, QUARTA TURMA, Relator SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA, juntado aos autos em 17/02/2017) Grifei.*

Por essas razões, tanto em função da presunção de veracidade do laudo de fiscalização, como por força do art. 373, inciso II, do CPC, incumbe à demandante comprovar suas alegações. Ou seja, que, de fato, apontadores do jogo do bicho utilizavam-se de parte de suas dependências para a prática contravençional contra a sua vontade, ônus do qual não se desincumbiu.

Com efeito, o testemunho do auditor da Caixa corroborou que era feito o apontamento do jogo do bicho num canto do estabelecimento lotérico, tendo fotografado uma pessoa sentada fazendo o apontamento, bem como essa pessoa, uma senhora, após ter sido identificado como auditor da Caixa, teria saído do local.

Aparentemente, tal pessoa não fazia parte dos empregados formalmente contratados pela empresa autora, mas é de rigor observar que os agentes do "jogo do bicho" são geralmente conhecidos e identificáveis, tendo inclusive clientela fiel, ou seja, são presumivelmente do conhecimento, tanto do empresário, como dos empregados, e estes tem o dever de impedir que essa comercialização seja feita em suas dependências. Ainda, nesse processo não foi sequer declinado o nome dessa senhora, até para fins de aferição de boa-fé.

Imperioso observar que o auditor referiu ter o representante legal da empresa, quando da notificação, afirmado que essa senhora seria "esposa do bicheiro", e que era obrigado a tolerar essa senhora.

Nessa linha, também não se demonstrou que a empresa autora, confirmado por depoimento de seu representante legal, tenha formalmente comunicado à Caixa estar se sentindo intimidado por agentes do "jogo do bicho", nem que tenha comunicado às autoridades a prática da contravenção contra sua vontade, ou de que tenha comunicado às autoridades eventuais ameaças.

Neste contexto, restou demonstrado na esfera administrativa o mau uso da permissão, corroborado pela instrução nesse processo, afigurando-se cabível a aplicação da penalidade à permissionária, no caso, a revogação compulsória da permissão, pois tais medidas encontram previsão expressa no regulamento das permissões lotéricas (Circular Caixa n. 621/2013) e no contrato firmado, de cujo teor tinha o representante da parte autora prévio conhecimento.

Assim, nada havendo a reparar no procedimento da Caixa em relação à empresa autora, deve ser julgado improcedente o pedido.

Com a improcedência do pedido, deve ser revogada a tutela de urgência concedida no início do processo.

Tem-se que as razões apresentadas pelo apelante não se revelam suficientes, frente às razões adotadas pelo juízo *a quo* e ao conjunto probatório, a implicar a alteração do julgamento proferido.

Tal como bem referido pelo magistrado de primeira instância, é de se reconhecer que o conteúdo do laudo de fiscalização combatido pelo autor é ato administrativo e, por isso, dotado de presunção de veracidade e de legitimidade e, por tal razão, o ônus da prova cabe à parte em face de quem as irregularidades são imputadas.

Não se está a tratar de uma relação predominantemente horizontal em que, notoriamente, há de prevalecer a preponderância do princípio da presunção de inocência. Está-se, sim, diante de uma relação entre a administração e administrado, pela qual o poder público, representado pela empresa pública, realiza a revogação de permissão, ato, portanto, eminentemente administrativo.

Neste cenário, é de se atentar ao fato de que, além de ter sido realizado o registro fotográfico pelo auditor da ré (E22 - COMP11) no qual é possível visualizar uma pequena estrutura física dentro do estabelecimento da autora utilizada por uma pessoa com instrumentos para anotações - o que vai de encontro à afirmação do representante legal da empresa dada em juízo -, o fato foi comunicado pela empresa pública à polícia federal (E22 - COMP14), diferentemente do que o demandante alegou à inicial.

Também, em que pese ter o demandante indicado durante a instrução probatória que aportaria aos autos arquivo contendo as filmagens de seu sistema interno de vigilância para demonstrar a inexistência do cometimento do ilícito (E3) - arquivos que também foram requeridos pela empresa pública ao autor durante o processo administrativo (E1 - PROCADM6 - p.14) - tal prova, cuja produção encontrava-se a sua disposição e consentânea ao seu ônus probatório, não foi produzida, concorrendo, portanto, à insuficiência da prova testemunhal para superar a presunção de veracidade do ato administrativo combatido.

No que tange à prova testemunhal produzida, o fato de as testemunhas arroladas pelo autor terem sido compromissadas não significa, de forma absoluta, que o conteúdo dos depoimentos prestados torna-se prova irrefutável a superar a presunção da conclusão administrativa.

A tanto, assinala-se que, dentre as testemunhas, Leandro Pires Sandmann revelou que pouco frequenta a casa lotérica uma vez que a utiliza por intermédio de seu funcionário para realizar o pagamento de títulos vinculados a suas empresas, de modo que a utilização se dá pela entrega e retirada de malotes, para o quê sequer há necessidade de aguardar atendimento nas filas da agência. De igual forma as testemunhas Luciano Ducatti Menezes e Felipe Gallina, as quais comparecem presencialmente à lotérica também para a quitação de

títulos de suas empresas e, da mesma maneira, permanecem por pouco tempo dentro do estabelecimento na medida em que apenas entregam e retiram os malotes contendo os respectivos títulos bancários.

Por outro lado, em seu depoimento pessoal, o representante da autora confessou que tinha ciência de que havia a prática do jogo do bicho ao menos nas intermediações de seu estabelecimento, que inclusive levou o fato ao conhecimento da agência da ré responsável por sua permissão, referindo não ter formalizado o registro da ocorrência no órgão policial por receio de represálias.

Tal fato foi confirmado pelo auditor da CEF ouvido em juízo e responsável pela fiscalização, uma vez que essa comunicação foi também a ele dirigida pelo proprietário da lotérica quando inquirido a respeito do que havia sido constatado e, diante disso, o funcionário da ré questionou a gerente da agência responsável pela lotérica, a qual confirmou que havia sido referido de maneira informal a existência dessa prática.

O representante da autora confirma, ainda, que somente registrou a ocorrência após a fiscalização o ter autuado.

Esse cenário indica que o proprietário do estabelecimento tinha ciência das irregularidades que estavam sendo cometidas e com elas foi conivente. Embora o receio de sofrer represálias seja compreensível, tal fator não é suficiente a isentar-lhe das obrigações contratuais, uma vez que era possível, ao menos, formalizar a ocorrência perante a empresa pública a fim de justamente evitar que o ato que ora questiona fosse realizado. O demandante, entretanto, além de quedar-se omissos no ponto, anuiu com a utilização do interior de seu estabelecimento para a prática do ilícito, o que é comprovado pelo registro fotográfico acima referido.

No sentido do raciocínio ora confirmado, os seguintes precedentes desta Corte:

DIREITO ADMINISTRATIVO. CIRCULAR CAIXA Nº 621/2013. PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. UNIDADE LOTÉRICA. IRREGULARIDADES. PRÁTICA DE JOGOS ILÍCITOS. COMÉRCIO AGREGADO NÃO AUTORIZADO. REVOGAÇÃO. PRECEDENTES.

. As permissões lotéricas estão regulamentadas através da Circular Caixa nº 621/2013;

. A outorga da permissão se dá a título precário, mediante licitação, visando à prestação de serviços públicos feita pelo poder permitente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco;

. A permissionária que descumprir as especificações, padrões, procedimentos, orientações e rotinas operacionais em vigor, sejam elas referentes ao atendimento prestado, assim como aos produtos comercializados ou aos serviços disponibilizados aos clientes, incorre em irregularidade, passível de sanção administrativa. Nesse sentido, o item 27.1 prevê que o descumprimento total ou parcial do Contrato enseja na aplicação de sanções administrativas, dentre elas a (inciso IV) revogação, de acordo com as disposições do item 26.2, desta

Circular. De acordo com o item 26.2.1, a revogação da permissão põe fim ao Contrato de Permissão e será declarada unilateralmente pela CEF. O item 26.2.2, por sua vez, estabelece como motivos para revogação da permissão, dentre outros, (inciso XIII) comercializar, intermediar, distribuir e divulgar quaisquer jogos de azar, considerados contravenção penal; bem como (inciso XV) conjugar a atividade lotérica com outra atividade comercial sem a expressa autorização da CEF;

. Em se tratando de permissão, o ato administrativo é discricionário, precário e os requisitos para a prestação do serviço público, bem como seu regulamento, são unilateralmente estabelecidos pela administração pública, podendo ser revogada a qualquer tempo;

. Em favor do auto de infração lavrado contra o autor, milita a presunção de veracidade que só pode ser desconstituída por prova robusta e idônea;

. Não cabe ao Poder judiciário reapreciar os critérios adotados pela Administração Pública, no exercício de seu poder de polícia, salvo quando eivados de vício de legalidade, o que, a priori, não ocorre no caso concreto.

(TRF4, AC 5032429-98.2015.4.04.7100, QUARTA TURMA, Relator SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA, juntado aos autos em 17/02/2017) grifou-se

agravo de instrumento. revogação da permissão. agencia lotérica. jogo do bicho. O agravante não demonstrou qualquer ilegalidade por parte da CEF, na aplicação da penalidade de revogação compulsória da permissão, na medida em que inexistente prova em contrário à constatação de que efetivamente praticou a comercialização, intermediação, divulgação ou distribuição do jogo do bicho nas dependências da lotérica, prática vedada no contrato.

(TRF4, AG 5030467-63.2016.4.04.0000, TERCEIRA TURMA, Relatora MARGA INGE BARTH TESSLER, juntado aos autos em 15/09/2016) grifou-se

Por esse cenário, cabendo o ônus da prova ao demandante, reputa-se insuficiente a prova testemunhal a superar os demais elementos de prova apresentados pela demandada, impondo-se, por conseguinte, a manutenção da sentença prolatada.

Honorários Advocatícios

Tratando-se de sentença publicada já na vigência do novo Código de Processo Civil, aplicável o disposto em seu art. 85 quanto à fixação da verba honorária.

Considerando a improcedência do pedido, as custas e os honorários ficam a cargo da parte autora, os quais mantenho em 10% do valor da causa, devidamente atualizado, nos termos do III do §4º do art. 85 do CPC/2015.

Ainda, levando em conta o trabalho adicional do procurador na fase recursal, a verba honorária fica majorada em 2%, forte no §11 do art. 85 do CPC/2015.

Ressalto que fica suspensa a exigibilidade dos valores, enquanto mantida a situação de insuficiência de recursos que ensejou a concessão da gratuidade da justiça, conforme o §3º do art. 98 do novo

CPC.

Dispositivo

Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso de apelação da parte autora.

Documento eletrônico assinado por **VÂNIA HACK DE ALMEIDA**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **40000816148v7** e do código CRC **48504b2d**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): VÂNIA HACK DE ALMEIDA

Data e Hora: 26/2/2019, às 13:15:28

5000659-51.2015.4.04.7112

40000816148.V7